



MARINHA DO BRASIL
CENTRO INDUSTRIAL NUCLEAR DE ARAMAR

(Processo Administrativo nº 63229.000913/2026-19)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **reagentes químicos** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO	UN	QTD MÍN POR SOLIC.	QTD MÁX POR SOLIC.	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1,10-FENANTROLINA MONOHIDRATADA 99,5%, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química $C_{12}H_{8}N_2 \cdot H_2O$, massa molar 198,24g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 5144-89-8. Apresentação: Frasco com 25g.	359569	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 152,00	R\$ 608,00
2	1,5-DIFENILCARBAZIDA, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química $((C_6H_5)NHNH)2CO$, massa molar 242,28g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 140-22-7. Apresentação: Frasco com 25g.	377934	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 127,85	R\$ 511,40
3	ACETATO DE AMÔNIO 98%, aspecto físico sólido, branco, odor característico, fórmula química CH_3COONH_4 , massa molar 77,08g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 631-61-8. Apresentação: Frasco com 500g.	366451	Certificado de pureza analítica (PA) e Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 43,90	R\$ 263,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

4	ACETATO DE POTÁSSIO, aspecto físico sólido, fórmula química CH_3COOK , peso molecular 98,14g/mol, P.A./ACS CAS 127-08-2. Apresentação: Frasco de 500g.	381931	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 81,32	R\$ 325,28
5	ACETATO DE SÓDIO TRIHIDRATADO, aspecto físico sólido, incolor, odor de ácido acético, fórmula química $\text{CH}_3\text{COONa} \cdot 3\text{H}_2\text{O}$, massa molar 136,08g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 6131-90-4. Apresentação: Frasco com 500g.	381608	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 24,00	R\$ 288,00
6	ACETONA 99,8%, aspecto físico líquido, incolor, odor penetrante, fórmula química $(\text{CH}_3)_2\text{CO}$, massa molar 58,08g/mol, reagente P.A, ACS, ISO, número de registro CAS 67-64-1. Apresentação: Frasco com 1 litro.	380786	Laudo de análise	FR	30	90	90	R\$ 44,93	R\$ 4.043,70
7	ACETONA 99,8%, aspecto físico líquido, incolor, odor penetrante, fórmula química $(\text{CH}_3)_2\text{CO}$, massa molar 58,08g/mol, reagente P.A., ACS, ISO, número de registro CAS 67-64-1. Apresentação: embalagem de 5 litros ou 20 litros.	380786	Laudo de análise	L	20	2000	2000	R\$ 44,93	R\$ 89.860,00
8	ACETONA 99,5%, aspecto físico líquido límpido, incolor, odor etéreo sui generis, fórmula química $(\text{CH}_3)_2\text{CO}$, peso molecular 58,08G/MOL, ponto de mudança de estado pe 56°C, densidade 0,79KG/L, reagente PAACS, número de registro CAS 67-64-1, Apresentação: Embalagem bombona de 5 litros ou 20 litros.	380786	Laudo de análise	L	100	300	300	R\$ 33,30	R\$ 9.990,00
9	ÁCIDO ACÉTICO GLACIAL 99,8%, aspecto físico líquido, incolor, odor picante, fórmula	622966	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	3	6	6	R\$ 35,95	R\$ 215,70

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	química CH ₃ COOH, massa molar 60,05g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 64-19-7. Apresentação: Frasco com 1 litro.		e Laudo de análise						
10	ÁCIDO ASCÓRBICO 99,7%, aspecto físico sólido, branco, odor ácido, fórmula química C ₆ H ₆ O ₆ , massa molar 176,13g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 50-81-7. Apresentação: Frasco com 100g.	406251	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	4	12	12	R\$ 13,28	R\$ 159,36
11	ÁCIDO BÓRICO 99,5%, aspecto físico pó, branco, inodoro, fórmula química H ₃ BO ₃ , massa molar 61,82g/mol, reagente P.A, ACS, ISO, número de registro CAS 10043-35-3. Apresentação: Frasco com 500g.	426587	Laudo de análise	FR	3	6	6	R\$ 40,90	R\$ 245,40
12	ÁCIDO CÍTRICO, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química C ₆ H ₈ O ₇ , massa molar 192,12g/mol, anidro, número de registro CAS 77-92-9. Apresentação: Frasco com 500g.	443230	Laudo de análise	FR	4	8	8	R\$ 28,24	R\$ 225,92
13	ÁCIDO CLORÍDRICO SUPRAPUR 30%, grau para análise de traços (ICP-MS), aspecto físico líquido, incolor a amarelo, inodoro, fumegante, corrosivo e volátil, fórmula química HCl, massa molar 36,46g/mol, densidade 1,15g/cm ³ , número de registro CAS 7647-01-0. Apresentação: Frasco com 250ml.	361785	Laudo de análise	FR	2	106	106	R\$ 385,38	R\$ 40.850,28
14	ÁCIDO CRÔMICO, aspecto físico cristais vermelho escuros, fórmula química H ₂ CrO ₄ , massa molecular 116,95 g/mol, pureza mínima de 99,5%, número de	409465	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 130,37	R\$ 782,22

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	registro CAS 7738-94-5. Apresentação: Frasco com 1Kg.								
15	ÁCIDO FLUORÍDRICO 40%, aspecto físico líquido, incolor, odor picante, fórmula química HF, massa molar 20,01g/mol, reagente P.A, número de registro CAS 7664-39-3. Apresentação: Frasco com 1 litro.	352687	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 440,00	R\$ 5.280,00
16	ÁCIDO FLUORÍDRICO 40% a 70%, aspecto físico líquido, incolor, odor picante, fórmula química HF, massa molar 20,01g/mol, reagente P.A., número de registro CAS 7664-39-3. Apresentação: Embalagem de 20 litros.	352687	Laudo de análise	L	100	200	200	R\$ 440,00	R\$ 88.000,00
17	ÁCIDO FOSFÓRICO 85%, fórmula química H_3PO_4 , massa molar 98,0 g/mol, densidade de 1,68 a 1,70 g/cm³, produto líquido, incolor (ou levemente amarelado), com odor característico. Produto corrosivo, requer Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) e Certificado de Análise (COA – Certificate of Analysis). Número de registro CAS 7664-38-2, Apresentação: Bombona máximo de 20 litros em polietileno de alta densidade (HDPE) com tampa hermética.	382300	Laudo técnico de pureza do princípio ativo	L	20	100	100	R\$ 89,99	R\$ 8.999,00
18	ÁCIDO NÍTRICO 65%, aspecto físico líquido, amarelado, inodoro, fórmula química HNO_3 , massa molar 63,01g/mol, teor de metais < 0,1 ppm, reagente P.A, ACS, ISO, número de registro CAS 7697-37-2, fabricante Merck ou equivalente, desde que plenamente compatível com	356173	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	10	140	140	R\$ 140,34	R\$ 19.647,60

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	o equipamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e de desempenho exigidas. Apresentação: Frasco de vidro de 1 litro.								
19	ÁCIDO NÍTRICO SUPRAPUR 65%, grau para análise de traços (ICP-MS), aspecto físico líquido, incolor a amarelo, inodoro, corrosivo e volátil, fórmula química HNO_3 , massa molar 63,01g/mol, densidade 1,4g/cm ³ , número de registro CAS 7697-37-2. Apresentação: Frasco com 250ml.	356173	Laudo de análise	FR	5	215	215	R\$ 831,00	R\$ 178.665,00
20	ÁCIDO SULFÂMICO, aspecto físico sólido, cristais brancos ou incolores, inodoro, fórmula química H_3NSO_3 , massa molar 97,09 g/mol, solubilidade em água a 20°C: 213 g/l. Reagente P.A, ACS, número de registro CAS 5329-14-6. Apresentação: Frasco com 500g.	380382	Laudo de análise	FR	4	8	8	R\$ 42,00	R\$ 336,00
21	ÁCIDO SULFÚRICO 95-97%, aspecto físico líquido, incolor, inodoro, fórmula química H_2SO_4 , massa molar 98,08g/mol, teor de metais < 0,1ppm, reagente P.A, ACS, ISO, número de registro CAS 7664-93-9, fabricante Merck ou equivalente, desde que plenamente compatível com o equipamento, atendendo integralmente às especificações técnicas e de desempenho exigidas. Apresentação: Frasco de vidro de 1 litro.	380384	Laudo de análise certificando o grau de pureza, padrão de qualidade ISO e certificado de análise com detalhamento de contaminação de metais	FR	4	72	72	R\$ 79,50	R\$ 5.724,00
22	ALARANJADO DE METILA, aspecto físico sólido laranja, odor característico, fórmula química $\text{C}_{14}\text{H}_{14}\text{N}_3\text{NaO}_3\text{S}$, massa molar 327,34 g/mol,	407796	Laudo de análise	FR	4	8	8	R\$ 28,95	R\$ 231,60

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	reagente P.A., ACS, número de registro CAS 547-58-0. Apresentação: Frasco com 25g.								
23	ÁLCOOL ETÍLICO ABSOLUTO 99,9%, aspecto físico líquido, incolor, odor característico, fórmula química C_2H_5OH , massa molar 46,07g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 64-17-5. Apresentação: Frasco de Vidro de 1 litro.	445457	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	10	60	60	R\$ 29,08	R\$ 1.744,80
24	ÁLCOOL ISOPROPÍLICO ANIDRO 99,5%, aspecto físico líquido, incolor, odor característico, fórmula química $CH_3CH(OH)CH_3$, massa molar 60,1g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 67-63-0. Apresentação: Frasco com 1 litro.	407762	N/A	FR	2	322	322	R\$ 56,00	R\$ 18.032,00
25	ÁLCOOL METÍLICO, aspecto físico líquido, incolor, odor característico, fórmula química CH_3OH , massa molar 32,04 g/mol, teor de pureza mínima de 99,8%, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 67-56-1. Apresentação: Frasco com 1 litro.	348266	Laudo de análise	FR	10	30	30	R\$ 32,16	R\$ 964,80
26	ÁLCOOL POLIVINÍLICO EM GRÂNULOS (PVA), aspecto físico pó branco, fórmula química $(C_2H_4O)_N$, teor de pureza mínimo de 98%, número de registro CAS 9002-89-5. Apresentação: Frasco de 500g.	413240	Laudo de análise	FR	10	30	30	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
27	AZIDA DE SÓDIO, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química NaN_3 , massa molar 65,01g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 26628-22-8. Apresentação: Frasco com	363453	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	1	4	4	R\$ 235,00	R\$ 940,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	100g.								
28	AZUL DE TIMOL, indicador de pH, aspecto físico sólido, pó fino de coloração verde escuro, fórmula química $C_{27}H_{30}O_5S$, número de registro CAS 76-61-9, reagente P.A, ACS. Apresentação: Frasco de 25g.	442013	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 114,90	R\$ 459,60
29	BIFTALATO DE POTÁSSIO, fórmula molecular $C_8H_5KO_4$, massa molar 204,22g/mol, reagente P.A, número de registro CAS 877-24-7. Apresentação: Frasco com 500g.	366468	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 89,56	R\$ 358,24
30	BROMETO DE POTÁSSIO 99%, aspecto físico sólido, cor creme, inodoro, fórmula química KBR, massa molar 119,00g/mol, reagente para espectroscopia, número de registro CAS 7758-02-3. Apresentação: Frasco com 100g.	404723	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 82,18	R\$ 328,72
31	CARBONATO DE AMÔNIO, sólido incolor, fórmula $CH_8N_2O_3$, peso molecular 96,09 G/MOL, fornecer com a FISPQ. Apresentação: Embalagem de até 100 KG.	431935	Laudo de análise	KG	100	200	200	R\$ 43,62	R\$ 8.724,00
32	CARBONATO DE CÁLCIO 99%, aspecto físico pó fino, branco, inodoro, fórmula química $CaCO_3$, massa molar 100,09g/mol, reagente P.A, número de registro CAS 471-34-1. Apresentação: Frasco com 250g	412635	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 16,95	R\$ 203,40
33	CARBONATO DE LÍTIO, aspecto físico pó branco, cristalino, fórmula química Li_2CO_3 , peso molecular 73,89 g/mol, grau de pureza mínima de 99%, reagente P.A, número de registro CAS	347934	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 340,95	R\$ 2.045,70

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	554-13-2. Apresentação: Frasco com 500g.								
34	CARBONATO DE POTÁSSIO 99%, aspecto físico pó, branco, inodoro, fórmula química K_2CO_3 , massa molar 138,21g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 584-08-7. Apresentação: Frasco com 500g.	366469	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 51,00	R\$ 306,00
35	CARBONATO DE SÓDIO 99,95%, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química Na_2CO_3 , massa molar 105,99g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 497-19-8. Apresentação: Frasco com 500g.	347959	Laudo de análise	FR	3	6	6	R\$ 33,08	R\$ 198,48
36	CDTA 98,5%, aspecto físico pó, branco, odor característico, fórmula química $C_{14}H_{22}N_2O_8 \cdot 1H_2O$, massa molar 364,35g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 125572-95-4. Apresentação: Frasco com 25g.	357895	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 247,35	R\$ 989,40
37	CLORETO DE AMÔNIO 99,5%, aspecto físico sólido, incolor, inodoro, fórmula química NH_4Cl , massa molar 53,49g/mol, reagente P.A, ACS, ISO, número de registro CAS 12125-02-9. Apresentação: Frasco com 500g.	352802	Laudo de análise	FR	4	8	8	R\$ 26,76	R\$ 214,08
38	CLORETO DE BÁRIO DIHIDRATADO 99%, aspecto físico sólido, cristal fino branco, fórmula química $BaCl_2 \cdot 2H_2O$, massa molar 244,27g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 10326-27-9. Apresentação: Frasco com 25g.	380439	Laudo de análise	FR	3	6	6	R\$ 34,00	R\$ 204,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

39	CLORETO DE FERRO TETRAHIDRATADO, pureza mínima de 99%, aspecto físico sólido, verde, inodoro, fórmula química $\text{FeCl}_2 \cdot 4\text{H}_2\text{O}$, massa molar 198,81g/mol, número de registro CAS 13478-10-9. Apresentação: Frasco com 250g.	430559	Laudo de análise	FR	2	10	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
40	CLORETO DE POTÁSSIO 99%, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química KCl, massa molar 74,55 g/mol, reagente P.A, grau ACS, ISO, Reag Ph Eur, teor de brometo $\leq 0,005\%$, teor de insolúveis $\leq 0,005\%$, número de registro CAS 7447-40-7. Apresentação: Frasco com 500g.	368070	Laudo de análise	FR	4	8	8	R\$ 29,60	R\$ 236,80
41	CLORETO DE SÓDIO 99,5%, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química NaCl, massa molar 58,44g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7647-14-5. Apresentação: Frasco com 500g.	391269	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 13,90	R\$ 166,80
42	CLORIDRATO DE HIDROXILAMINA, aspecto físico sólido, incolor, odor fraco a cloro, fórmula química $\text{NH}_2\text{OH} \cdot \text{HCl}$, massa molar 69,49g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 5470-11-1. Apresentação: Frasco com 250g.	428497	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	2	8	8	R\$ 70,00	R\$ 560,00
43	CROMATO DE POTÁSSIO, aspecto físico sólido, amarelo limão, inodoro, fórmula química K_2CrO_4 , massa molar 194,20g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7789-00-6. Apresentação: Frasco com 500g.	445270	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 153,98	R\$ 615,92

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

44	CROMATO DE SÓDIO, aspecto físico sólido, amarelo, inodoro, fórmula química $\text{Na}_2\text{CrO}_4 \cdot 4\text{H}_2\text{O}$, massa molar 234,03 g/mol, reagente P.A, número de registro CAS 7775-11-3. Apresentação: Frasco com 500g.	377563	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 133,61	R\$ 534,44
45	DICROMATO DE POTÁSSIO 99,9%, aspecto físico sólido, laranja, inodoro, fórmula química $\text{K}_2\text{Cr}_2\text{O}_7$, massa molar 294,19g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7778-50-9. Apresentação: Frasco com 500g.	445239	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 107,60	R\$ 430,40
46	DICROMATO DE POTÁSSIO SRM 136e (Standard Reference Material), aspecto físico sólido cristalino, laranja-avermelhado, inodoro, solúvel em água e insolúvel em álcool, fórmula química $\text{K}_2\text{Cr}_2\text{O}_7$, número de registro CAS 7778-50-9. Apresentação: Frasco com 60g.	445239	Certificado NIST	FR	1	4	4	R\$ 8.214,00	R\$ 32.856,00
47	EDTA dissódico di-hidratado, aspecto físico sólido, pó cristalino branco, inodoro, fórmula química $\text{C}_{10}\text{H}_{14}\text{N}_2\text{Na}_2\text{O}_8 \cdot 2\text{H}_2\text{O}$, massa molar 372,24 g/mol. Reagente P.A., ACS Número de registro CAS 6381-92-6. Apresentação: Frasco com 100g.	432427	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 19,90	R\$ 238,80
48	ÉTER DE PETRÓLEO, aspecto físico líquido incolor, odor característico a benzina, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 8032-32-4. Apresentação: Frasco de vidro de 1 litro.	444687	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	2	26	26	R\$ 69,34	R\$ 1.802,84
49	ÉTER DIETÍLICO, composição química $(\text{C}_2\text{H}_5)_2\text{O}$, aspecto físico	352742	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 133,89	R\$ 1.606,68

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	líquido límpido, incolor, odor característico, pureza mínima de 99,5%, peso molecular 74,12 g/mol, reagente P.A, anidro, número de registro CAS 60-29-7. Apresentação: Frasco com 1 litro.								
50	FENOLFTALEÍNA, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química $C_{20}H_{14}O_4$, massa molar 318,33g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 77-09-8. Apresentação: Frasco com 100g.	366476	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 58,42	R\$ 233,68
51	FERROCIANETO DE POTÁSSIO TRIHIDRATADO 99%, aspecto físico sólido, amarelo, inodoro, fórmula química $K_4Fe(CN)_6 \cdot 3H_2O$, massa molar 422,39g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 14459-95-1. Apresentação: Frasco com 500g.	380603	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 129,22	R\$ 516,88
52	FLUORETO DE POTÁSSIO, aspecto físico pó branco, inodoro, higroscópico, composição química $KF \cdot 2H_2O$ (Dihidratado) peso molecular 94,13 g/mol, pureza mínima De 99%, reagente P.A, número de registro CAS 13455-21-5. Apresentação: Frasco com 500g.	356230	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 225,71	R\$ 1.354,26
53	FLUORETO DE SÓDIO, aspecto físico pó, fórmula química NaF, peso molecular 41,99 g/mol, pureza mínima de 99%, número de registro CAS 7681-49-4. Apresentação: Frasco com 1Kg.	379263	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 128,00	R\$ 768,00
54	GLICEROL (GLICERINA PA), aspecto físico líquido viscoso, transparente, fórmula química $C_3H_5(OH)_3$, concentração mínima de 99,5%, número de registro	353076	Laudo de análise	FR	10	30	30	R\$ 49,15	R\$ 1.474,50

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	CAS 56-81-5. Apresentação: Frasco de 1 litro.								
55	HIDRÓXIDO DE AMÔNIO 20-28%, em solução aquosa, aspecto físico líquido, transparente, odor pungente, fórmula química NH_4OH , massa molar 35,05g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 1336-21-6. Apresentação: Frasco com 1 litro.	613574	Laudo de análise	FR	3	6	6	R\$ 33,00	R\$ 198,00
56	HIDRÓXIDO DE LÍTIO, composição LiOH , anidro, P.A, aspecto físico pó cristalino, peso molecular 23,95 g/mol, pureza mínima 99,9%, número de registro CAS 1310-65-2. Apresentação: Frasco com 100g.	393569	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 1.335,05	R\$ 8.010,30
57	HIDRÓXIDO DE SÓDIO 98%, aspecto físico sólido (lentilhas), branco, inodoro, fórmula química NaOH , massa molar 40,01g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 1310-73-2. Apresentação: Frasco de plástico de 500g.	445526	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	2	60	60	R\$ 52,00	R\$ 3.120,00
58	HIDRÓXIDO DE SÓDIO 98%, aspecto físico sólido (lentilhas), branco, inodoro, fórmula química NaOH , massa molar 40,01g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 1310-73-2. Apresentação: Embalagem de 25KG.	445526	Certificado de pureza analítica (PA)	KG	100	200	200	R\$ 51,50	R\$ 10.300,00
59	IODETO DE POTÁSSIO, aspecto físico pó, cor creme, inodoro, fórmula química KI , massa molar 166,0g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7681-11-0. Apresentação: Frasco com 100g.	353072	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	2	26	26	R\$ 132,80	R\$ 3.452,80

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

60	MOLIBDATO DE AMÔNIO PA, ACS, aspecto físico sólido, sem coloração a amarelo esverdeado ou branco, sem odor, fórmula química $(\text{NH}_4)_6 \text{Mo}_7 \text{O}_{24} \cdot 4 \text{H}_2\text{O}$, peso molecular 1.235,86g/mol, número de registro CAS 12054-85-2. Apresentação: frasco com 250g.	403993	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 339,00	R\$ 1.356,00
61	MUREXIDA 97%, aspecto físico sólido, arroxado, inodoro, fórmula química $\text{C}_8\text{H}_8\text{N}_6\text{O}_6$, massa molar 284,19g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 3051-09-0. Apresentação: Frasco com 25g.	374724	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 75,60	R\$ 302,40
62	NITRATO DE LÍTIO, aspecto físico pó cristalino, incolor, inodoro, fórmula química LiNO_3 , peso molecular 68,95 g/mol, pureza mínima de 99%, número de registro CAS 7790-69-4. Apresentação: Frasco com 100g.	382192	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 181,54	R\$ 1.089,24
63	NITRATO DE POTÁSSIO 99,5%, aspecto físico sólido, incolor, inodoro, fórmula química KNO_3 , massa molar 101,11g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7757-79-1. Apresentação: Frasco com 500g.	357899	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 154,00	R\$ 616,00
64	NITRATO DE SÓDIO, aspecto físico pó, fórmula química NaNO_3 , peso molecular 84,99 g/mol, pureza mínima de 99%, número de registro CAS 7631-99-4. Apresentação: Frasco com 500g.	443960	Laudo de análise	FR	4	8	8	R\$ 27,20	R\$ 217,60
65	ÓXIDO DE CROMO (VI), aspecto físico sólido, vermelho escuro, inodoro, fórmula química CrO_3 ,	456090	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 97,70	R\$ 390,80

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	massa molar 99,99g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 1333-82-0. Apresentação: Frasco com 500g.								
66	ÓXIDO DE FERRO (III) 99%, aspecto físico sólido, vermelho, inodoro, fórmula química Fe_2O_3 , massa molar 159,7g/mol, reagente P.A, número de registro CAS 1309-37-1. Apresentação: Frasco com 100g.	627216	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 91,57	R\$ 366,28
67	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO 35%, aspecto físico líquido, transparente, odor suave, fórmula química H_2O_2 , peso molecular 34,015g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7722-84-1. Apresentação: Frasco com 1 litro.	412697	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 27,02	R\$ 324,24
68	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, sinônimo (água oxigenada), fórmula química H_2O_2 líquido aquoso, incolor, produz vapor irritante e nocivo, massa molar 34,0 g/mol, concentração de 29-32% v/v, densidade 1,11 g/mL a 20 °C, número de registro CAS: 7722-84-1. Apresentação: Envasado em galão opaco contra UV de 5 litros ou 10 litros.	412697	Caracterização do produto com lote e validade, assim como a FDS (Ficha de Dados de Segurança)	L	20	160	160	R\$ 32,17	R\$ 5.147,20
69	PIROSSULFATO DE POTÁSSIO, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química $\text{K}_2\text{O}_7\text{S}_2$, massa molar 254,33g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7790-62-7. Apresentação: Frasco com 500g.	357866	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 551,37	R\$ 3.308,22
70	PRETO DE ERIOCROMO T, aspecto físico sólido, preto, odor leve, fórmula química $\text{C}_{20}\text{H}_{12}\text{N}_3\text{NaO}_7\text{S}$, massa	436149	Laudo de análise	FR	2	4	4	R\$ 65,01	R\$ 260,04

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	molar 461,38g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 1787-61-7. Apresentação: Frasco com 25g.								
71	RESINA AMBERLITE XAD4, resina adsorvente macroporosa, não iônica, matriz: Estireno / Divinilbenzeno, forma física pérolas esféricas brancas opacas, 20-60 mesh, área de superfície específica: ~ 750 m²/g, diâmetro médio do poro ~100 Å, densidade 1,02 g/mL, faixa de pH operacional 1 – 14. Apresentação: Frasco de 500g	458127	N/A	FR	2	6	6	R\$ 1.445,00	R\$ 8.670,00
72	SILICA GEL AZUL, composição SiO2, cor azul, características adicionais: indicador de umidade, granulometria: 4 A 8 MM, massa molecular 60.08 g/mol. Apresentação: Frasco com 500g.	445337	N/A	FR	4	72	72	R\$ 48,31	R\$ 3.478,32
73	SULFATO DE POTÁSSIO, aspecto físico sólido, incolor, inodoro, fórmula química K2SO4, massa molar 174,25g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7778-80-5. Apresentação: Frasco com 500g.	357866	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	4	8	8	R\$ 37,62	R\$ 300,96
74	SULFATO DE PRATA 98,5%, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química Ag2SO4, massa molar 311,80g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 10294-26-5. Apresentação: Frasco com 25g.	412373	Certificado de pureza analítica (PA)	FR	3	9	9	R\$ 1.221,80	R\$ 10.996,20
75	SULFATO DE SÓDIO ANIDRO 99%, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química Na2SO4, massa molar 142,04g/mol,	445560	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 23,70	R\$ 284,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7757-82-6. Apresentação: Frasco com 250g.								
76	SULFATO DE VANADILA, aspecto físico pó azul, odor característico, fórmula química VOSO_4 , número de registro CAS 27774-13-6. Apresentação: Frasco com 100g.	445560	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 2.450,00	R\$ 9.800,00
77	SULFATO FERROSO AMONÍACAL HEXAHIDRATADO 99%, aspecto físico sólido, esverdeado, inodoro, fórmula química $(\text{NH}_4)_2\text{Fe}(\text{SO}_4)_2 \cdot 6\text{H}_2\text{O}$, massa molar 392,14g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 7783-85-9. Apresentação: Frasco com 500g.	437245	Laudo de análise	FR	1	4	4	R\$ 1.480,00	R\$ 5.920,00
78	TETRABORATO DE LÍTIO 99%, aspecto físico sólido, branco, inodoro, fórmula química $\text{Li}_2\text{B}_4\text{O}_7$, massa molar 169,12g/mol, anidro, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 12007-60-2. Apresentação: Frasco com 250g.	417403	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 641,66	R\$ 3.849,96
79	TETRABORATO DE SÓDIO, peso molecular 210,22 g/mol, aspecto físico pó branco, cristalino, inodoro, fórmula química $\text{Na}_2\text{B}_4\text{O}_7$, anidro, pureza mínima de 99,5%, reagente P.A, número de registro CAS 1330-43-4. Apresentação: Frasco de 500g.	412686	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 80,40	R\$ 482,40
80	VERDE DE BROMOCRESOL, aspecto físico sólido (cristais), verde, odor característico, fórmula química $\text{C}_{21}\text{H}_{14}\text{Br}_4\text{O}_5\text{S}$, massa molar 698,02g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 76-60-8.	617054	Laudo de análise	FR	2	6	6	R\$ 52,90	R\$ 317,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

	Apresentação: Frasco com 5g.								
81	VERMELHO DE METILA PURO, aspecto físico sólido, vermelho, odor característico, fórmula química $C_{15}H_{15}N_3O_2$, massa molar 269,31g/mol, reagente P.A, ACS, número de registro CAS 493-52-7. Apresentação: Frasco com 25g.	366691	Laudo de análise	FR	4	12	12	R\$ 26,50	R\$ 318,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 100 (cem) dias contados do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

1.5.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000153/2026

II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025;

III) Id do item no PCA: 275;

IV) Classe/Grupo: 6810; e

V) Identificador da Futura Contratação: 742030-95/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Tratando-se os bens, objeto desta licitação, de produtos cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA Nº. 23, de 14/11/2024, sob um dos códigos a seguir: 15-1, 15-21, 15-9, 18-1, 18-5, 18-7, 18-64 (comércio de produtos químicos e produtos perigosos) ou afins; só será admitida a oferta de produtos cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei Nº. 6.938, de 1981; ou, alternativamente, fornecer declaração justificando a impossibilidade de apresentar tal comprovação de cadastramento, tendo o fornecedor realizado diligência junto ao fabricante.

4.1.2. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento dos produtos, observando a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.3. Adotar medidas para evitar o desperdício de energia elétrica e água tratada;

4.1.4. Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

4.1.5. Utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis (recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis) e de menor impacto ambiental;

4.1.6. Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens que utilizem materiais recicláveis e atóxicos, conforme determinam as normas da ABNT NBR 15448-1 E 15448-2, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização;

4.1.7. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.8. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho, ou instrumento equivalente, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Estrada Sorocaba/Iperó, KM 12,5, Iperó/SP, CEP: 18.565-900, no horário das 09:00 às 16:00 horas em dias úteis.

5.3.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 meses, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

6.2.4. Multa:

6.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

6.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

6.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

6.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

6.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

6.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

6.2.4.7.1. Falhas ou irregularidades que não acarretem prejuízos a Administração;

6.2.4.7.2. Descumprimento de obrigações acessórias ou secundárias não classificadas em outra categoria de infração contratual;

6.2.4.7.3. Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

6.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

6.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

6.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.25.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.25.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.25.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.26. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

7.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/03/2026.

7.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Críticos de aceitabilidade de preços

8.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

8.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual relacionado ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

8.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 623.537,84 (seiscentos e vinte e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

9.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Unidade Gestora Responsável: 742030 - CINA;

Unidade Gestora Executante: 742050 – CeITMSP;

II) Fonte de Recursos(FR): 1000000000 - Recursos Livres da União;

III) Programa de Trabalho: Tecnologia Nuclear da Marinha;

Programa de Governo: 6112 – Defesa Nacional;

Ação Orçamentária: 14T7 - Tecnologia Nuclear da Marinha (PGov 6112);

IV) Elemento de Despesa: 449030; e

V) Plano Interno: U499OP0.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas.

Anexos:

- Apêndice A

- Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

- Anexo II – Modelo de termo de ciência e concordância

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO

Iperó, SP, na data da assinatura.

IEDA DE SOUZA SILVA

Encarregada de Divisão

FELIPE LEMOS CHAVES

Capitão de Corveta (EN)
Superintendente de Operação

Após análise administrativa, APROVO, nos termos do artigo 7º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, ressaltando que a análise de natureza técnica é de competência do Setor Requisitante.

JOSMAR CARREIRO FREITAS

Capitão de Mar e Guerra (EN)
Diretor

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo/SP, (10ª Subseção Judiciária de São Paulo) para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)